Universidade de Brasília (UnB)
Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas (FACE)
Departamento de Administração (ADM)
Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA)
Especialização em Gestão Pública Municipal

Fernando Bergamo

ENTRE A ABSOLUTA PRIORIDADE E A EQUIDADE TERRITORIAL: a oferta de parquinhos no município de Vinhedo (SP)

Brasília (DF)
2026

Fernando Bergamo

ENTRE A ABSOLUTA PRIORIDADE E A EQUIDADE TERRITORIAL: a oferta de parquinhos no município de Vinhedo (SP)

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de Administração e ao PPGA da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do certificado de Especialista em Gestão Pública Municipal.

Orientador: Prof. Dr. Cláudio Zancan

FERNANDO BERGAMO

ENTRE A ABSOLUTA PRIORIDADE E A EQUIDADE TERRITORIAL: a oferta de parquinhos no município de Vinhedo (SP)

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Cláudio Zancan
PPGA/FACE/UnB
Professor Orientador

Prof. Dr. Váldeson Amaro Lima
Examinador Externo

RESUMO

Este artigo analisa a distribuição territorial dos parquinhos públicos no município de Vinhedo (SP), com o objetivo de verificar se a oferta desses equipamentos destinados às infâncias ocorre de forma equitativa ou se reproduz desigualdades socioespaciais. A pesquisa combina levantamento primário dos parquinhos públicos, georreferenciamento, análise cartográfica e cruzamento com dados secundários do Censo Demográfico 2022, do Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS), de indicadores de renda e da malha territorial municipal. Os resultados demonstram que a distribuição dos parquinhos não acompanha a demanda populacional e social do município. Os equipamentos existentes concentram-se principalmente em áreas centrais, de menor vulnerabilidade e maior infraestrutura urbana. A Região da Capela, embora concentre cerca de um terço da população municipal e apresente maiores índices de vulnerabilidade, possui oferta proporcionalmente inferior à Região Central. Conclui-se que a distribuição dos parquinhos públicos em Vinhedo reproduz desigualdades territoriais e limita o direito ao brincar, ao lazer e à cidade para crianças de bairros periféricos e socialmente mais vulneráveis.

Palavras-chave: direito à cidade; infância; parquinhos públicos; equidade territorial; Vinhedo.

ABSTRACT

This article analyzes the territorial distribution of public playgrounds in the municipality of Vinhedo, São Paulo, aiming to verify whether the provision of these facilities for children occurs equitably or reproduces socio-spatial inequalities. The research combines a primary survey of public playgrounds, georeferencing, cartographic analysis, and the crossing of secondary data from the 2022 Demographic Census, the São Paulo Social Vulnerability Index (IPVS), income indicators, and the municipal territorial grid. The results show that the distribution of playgrounds does not correspond to the population and social demands of the municipality. Existing playgrounds are mainly concentrated in central areas, characterized by lower vulnerability and better urban infrastructure. The Capela Region, although it concentrates about one third of the municipal population and presents higher levels of vulnerability, has a proportionally lower supply than the Central Region. The study concludes that the distribution of public playgrounds in Vinhedo reproduces territorial inequalities and limits the right to play, leisure, and the city for children living in peripheral and socially vulnerable neighborhoods.

Keywords: right to the city; childhood; public playgrounds; territorial equity; Vinhedo.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Bairros e classificação viária de Vinhedo 19

Figura 2 – Bairros, setores censitários e classificação urbana e rural 20

Figura 3 – Parquinhos de Vinhedo 21

Figura 4 – Parquinhos de Vinhedo e bairros 22

Figura 5 – Parquinhos, setores censitários e classificação urbana e rural 23

Figura 6 – Parquinhos e a Proporção de Crianças por Bairro 25

Figura 7 – Parquinhos e População 26

Figura 8 – Parquinhos, Setores Censitários e IPVS 28

Figura 9 – As duas Vinhedos 29

Figura 10 – As duas Vinhedos, Renda e Parquinhos 30

Figura 11 – As duas Vinhedos, IPVS e Parquinhos 31

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CF/88 – Constituição Federal de 1988

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPVS – Índice Paulista de Vulnerabilidade Social

ONU – Organização das Nações Unidas

QGIS – Quantum Geographic Information System

SEADE – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 7

1.1 Contextualização e Justificativa 7

1.2 Problema de Pesquisa 8

1.3 Objetivos 8

1.4 Estrutura do Trabalho 9

2. REFERENCIAL TEÓRICO 9

2.1 Direito à cidade, infância e brincar 9

2.2 Território, desigualdade socioespacial e gestão pública municipal 10

2.3 Equipamentos públicos de lazer e equidade territorial 12

2.4 Estudos Correlatos 13

3. MÉTODOS E TÉCNICAS DA PESQUISA 13

3.1 Caracterização da Pesquisa 13

3.2 Local e Período da Pesquisa 14

3.3 População e Amostra 14

3.4 Instrumentos de Coleta de Dados 15

3.5 Procedimentos de Coleta de Dados 16

3.6 Tratamento e Análise dos Dados 16

3.7 Limitações do Estudo 17

3.8 Aspectos Éticos 17

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS 18

4.1 Estrutura territorial e base cartográfica de Vinhedo 18

4.2 Distribuição territorial dos parquinhos públicos 20

4.3 Parquinhos, população infantil e população total 24

4.4 Renda, vulnerabilidade social e as “duas Vinhedos” 27

4.5 Discussão dos Resultados 32

4.6 Síntese dos principais resultados 33

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS 33

5.1 Síntese dos Principais Achados 33

5.2 Limitações do Estudo 35

5.3 Contribuições do Estudo 36

5.4 Recomendações 36

5.5 Sugestões para Pesquisas Futuras 37

REFERÊNCIAS 38

APÊNDICES 40

APÊNDICE 1 – Declaração de autoria e uso de inteligência artificial 40

1. INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização e Justificativa

A Constituição Federal de 1988 estabelece, em seu artigo 227, que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, direitos fundamentais como vida, saúde, alimentação, educação, lazer, cultura, dignidade, respeito, liberdade e convivência familiar e comunitária, além de protegê-los de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Essa prioridade constitucional se expressa, entre outros aspectos, no direito ao brincar, ao lazer e à convivência nos espaços públicos. O Estatuto da Criança e do Adolescente assegura o direito à liberdade, à brincadeira, à prática esportiva e à diversão, enquanto a Convenção sobre os Direitos da Criança, da Organização das Nações Unidas, reconhece o direito ao descanso, ao lazer, às atividades recreativas e à participação na vida cultural.

No espaço urbano, esse direito se materializa por meio da existência, da qualidade e da distribuição dos equipamentos públicos destinados às crianças. Entre esses equipamentos, os parquinhos públicos ocupam papel relevante, pois oferecem espaços de encontro, convivência, movimento, experimentação e apropriação da cidade pelas infâncias.

Vinhedo, município localizado no interior do estado de São Paulo, possui população de aproximadamente 80 mil habitantes, segundo o Censo Demográfico de 2022, e orçamento anual próximo de R$1 bilhão (VINHEDO, 2025). Frequentemente associada a bons indicadores econômicos, renda elevada e infraestrutura urbana consolidada, a cidade também apresenta desigualdades socioespaciais relevantes.

Diante desse contexto, torna-se relevante investigar como os equipamentos públicos destinados ao lazer infantil estão distribuídos no município. Em uma

cidade com bons indicadores econômicos, mas marcada por desigualdades territoriais, a localização dos parquinhos públicos pode indicar se o poder público tem promovido o direito ao lazer de forma equitativa ou se a oferta desses equipamentos reproduz desigualdades já existentes.

1.2 Problema de Pesquisa

A pergunta que orienta este artigo é: **a distribuição territorial dos parquinhos públicos em Vinhedo (SP) ocorre de forma equitativa ou reproduz desigualdades socioespaciais entre diferentes regiões do município?**

O problema de pesquisa parte da constatação de que a existência formal de direitos não garante, por si só, sua efetivação no território. No caso do direito ao brincar e ao lazer, a distribuição espacial dos equipamentos públicos é elemento central para compreender se crianças de diferentes bairros têm acesso semelhante às oportunidades de convivência, recreação e uso da cidade.

1.3 Objetivos

Objetivo Geral: analisar a distribuição territorial dos espaços de lazer, com foco nos parquinhos públicos, no município de Vinhedo (SP), verificando se a oferta desses equipamentos destinados às infâncias corresponde a critérios de equidade territorial ou se reproduz desigualdades socioeconômicas entre as diferentes regiões da cidade.

Objetivos Específicos:

- Mapear e georreferenciar os parquinhos públicos existentes no município de Vinhedo;
- Analisar sua distribuição territorial entre os diferentes bairros;
- Examinar indicadores socioeconômicos das regiões do município a partir de dados censitários e informações públicas disponíveis;
- Relacionar a distribuição dos parquinhos com indicadores de renda, vulnerabilidade social, população total e população infantil;

- Avaliar a existência de desigualdades na oferta desses equipamentos destinados às infâncias.

1.4 Estrutura do Trabalho

Além desta introdução, o artigo está organizado em quatro seções. A segunda seção apresenta o referencial teórico, abordando o direito à cidade, a infância, o brincar, o território, a desigualdade socioespacial e a equidade na oferta de equipamentos públicos de lazer. A terceira seção descreve os métodos e técnicas da pesquisa. A quarta seção apresenta e discute os resultados obtidos a partir dos mapas temáticos e do cruzamento entre a localização dos parquinhos e os indicadores socioeconômicos e demográficos. Por fim, a quinta seção reúne as considerações finais, com a síntese dos principais achados, limitações, contribuições, recomendações e sugestões para pesquisas futuras.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Direito à cidade, infância e brincar

A discussão sobre a distribuição de parquinhos públicos no território municipal pode ser compreendida a partir do debate sobre o direito à cidade. O direito à cidade pode ser entendido como o direito dos habitantes de participar da produção, do uso e da transformação do espaço urbano (LEFEBVRE, 2001). Nessa perspectiva, a cidade não é apenas o local da moradia, do trabalho ou da circulação, mas um espaço de vida coletiva, de conflitos, de apropriação e de exercício da cidadania.

Ao longo do tempo, esse debate foi ampliado por diferentes autores e passou a considerar também grupos historicamente invisibilizados na produção e no planejamento urbano. Entre esses grupos estão as crianças, que, embora vivenciem cotidianamente a cidade, raramente são consideradas sujeitos ativos nas decisões sobre o espaço urbano.

A infância costuma aparecer nas políticas públicas como objeto de proteção, como deve ser, mas nem sempre como sujeito de participação, circulação, convivência e apropriação da cidade. Nesse sentido, garantir o direito da criança à cidade significa assegurar condições para que ela possa brincar, andar, circular, conviver, explorar o espaço público e participar da vida urbana de forma segura e equitativa.

O acesso aos parquinhos públicos, portanto, deve ser entendido como parte dessa garantia. No caso dos parquinhos, o equipamento público não deve ser visto apenas como brinquedo instalado em uma praça. Ele funciona como uma forma concreta de acesso da criança à cidade, especialmente para famílias que dependem mais dos espaços públicos de lazer.

As reflexões de Tonucci (2020) contribuem diretamente para essa discussão ao defenderem que a cidade deve ser repensada a partir da perspectiva das crianças. Para o autor, o brincar no espaço urbano não é uma atividade secundária, mas uma dimensão fundamental da infância, pois favorece a autonomia, a convivência, a exploração do ambiente e a participação das crianças na vida coletiva.

A proposta da “Cidade das Crianças”, implementada em diferentes municípios, parte justamente da ideia de que uma cidade boa para as crianças tende a ser uma cidade melhor para todos. A presença de parquinhos públicos, nesse contexto, representa uma condição importante para a efetivação dos direitos das crianças no espaço urbano.

Quando esses equipamentos estão ausentes ou concentrados apenas em determinadas regiões, o direito ao brincar deixa de ser universal e passa a depender do bairro onde a criança vive, da renda de sua família e da capacidade de acesso a espaços privados de lazer.

2.2 Território, desigualdade socioespacial e gestão pública municipal

Para compreender a distribuição dos parquinhos públicos em Vinhedo, é necessário articular o debate sobre infância e cidade com a categoria de território.

O conceito de território é largamente explorado nas ciências humanas. Milton Santos (1994) mostra que, durante muito tempo, o território foi conceituado à luz da modernidade, sendo entendido como Estado-Nação. O Estado definia os lugares, e esse território era a base e o fundamento do Estado que o moldava.

Mas, independentemente da escala, o território é sinônimo de espaço humano, espaço habitado. Para o autor, “é o uso do território e não o território em si que faz ele objeto de análise social e o que tem de permanente é ser nosso quadro de vida” (SANTOS, 1994, p. 15).

Essa compreensão é fundamental para a gestão pública municipal. A forma como os equipamentos públicos são distribuídos no território revela escolhas, prioridades e desigualdades. Quando determinados bairros concentram infraestrutura, serviços e espaços de lazer, enquanto outros permanecem descobertos ou subatendidos, o território expressa materialmente as desigualdades sociais existentes.

No caso das políticas públicas voltadas à infância, a análise territorial permite identificar se a oferta de equipamentos acompanha a distribuição da população infantil e das áreas de maior vulnerabilidade social. Uma política orientada pela equidade não deve distribuir equipamentos de forma homogênea ou aleatória, mas considerar onde estão as maiores necessidades, quais territórios apresentam maior déficit de infraestrutura e quais populações dependem mais intensamente dos espaços públicos.

Assim, a ausência de parquinhos em determinados bairros não pode ser interpretada apenas como falta pontual de equipamentos. Ela pode indicar um padrão mais amplo de segregação socioespacial, no qual populações de menor renda, bairros periféricos e áreas com maior presença de crianças têm menor acesso aos benefícios da cidade.

2.3 Equipamentos públicos de lazer e equidade territorial

Os parquinhos públicos são equipamentos urbanos de lazer que cumprem função social relevante. Para além da recreação, esses espaços contribuem para o desenvolvimento infantil, para a convivência comunitária, para a ocupação dos espaços públicos e para a promoção do direito à cidade. Sua distribuição territorial, portanto, deve ser analisada como parte da política urbana e da gestão pública municipal.

Estudos sobre praças, parques e playgrounds mostram que a localização desses equipamentos costuma acompanhar desigualdades urbanas já existentes: bairros com mais infraestrutura tendem a receber mais espaços de lazer, enquanto áreas periféricas permanecem com menor oferta.

O estudo “As crianças estão nas praças? Um estudo exploratório sobre o uso de playgrounds em praças urbanas” (ALBERTO et al., 2023) demonstra que a presença de parquinhos aumenta a utilização dos espaços públicos por crianças e aponta a necessidade de revisão da distribuição desses equipamentos em Juiz de Fora.

De forma semelhante, a pesquisa “Injustiças socioespaciais e ambientais no contexto urbano: uma análise espacial e de percepção sobre uso, localização e acesso aos parques urbanos na cidade do Recife" (SILVA et al., 2025) evidencia, por meio de análise espacial, a concentração de espaços de lazer em áreas de maior renda.

Esses estudos reforçam a hipótese de que a localização dos equipamentos públicos não é neutra. Ela expressa relações de poder, prioridades de investimento e desigualdades históricas na produção do espaço urbano. Ao investigar a distribuição dos parquinhos públicos em Vinhedo, este artigo dialoga com essa literatura e busca compreender se o município reproduz padrão semelhante, apesar de seus elevados indicadores econômicos.

2.4 Estudos Correlatos

Estudos sobre espaços públicos de lazer, playgrounds e parques urbanos indicam que a distribuição desses equipamentos nem sempre acompanha critérios de justiça territorial. Em diferentes contextos urbanos, observa-se que áreas com maior renda, melhor infraestrutura e maior centralidade tendem a concentrar mais equipamentos de lazer, enquanto bairros periféricos, mais vulneráveis ou com maior presença de crianças permanecem subatendidos.

Pesquisas realizadas em cidades como Juiz de Fora e Recife demonstram que a localização dos equipamentos públicos influencia diretamente as oportunidades de acesso ao lazer e à convivência nos espaços urbanos. Esses estudos reforçam a importância de analisar não apenas a existência dos equipamentos, mas também sua distribuição territorial, acessibilidade e relação com indicadores sociais e demográficos.

Nesse contexto, a análise de Vinhedo contribui para esse campo de pesquisa ao direcionar o olhar para um município de médio porte frequentemente associado a elevados indicadores de renda e qualidade de vida. Diferentemente dos estudos realizados em grandes centros urbanos, este trabalho evidencia que desigualdades territoriais podem permanecer ocultas quando observados apenas indicadores agregados municipais.

Ao investigar a distribuição dos parquinhos públicos em relação à população infantil, à renda e à vulnerabilidade social, a pesquisa demonstra como a oferta desses equipamentos pode revelar desigualdades intraurbanas pouco visíveis em análises gerais do município. Dessa forma, o estudo amplia o debate sobre equidade territorial e direito ao brincar, destacando a importância de incorporar critérios sociais e territoriais ao planejamento dos espaços públicos destinados às infâncias.

3. MÉTODOS E TÉCNICAS DA PESQUISA

3.1 Caracterização da Pesquisa

Esta pesquisa tem como objetivo analisar a distribuição territorial dos equipamentos públicos de lazer destinados às infâncias no município de Vinhedo (SP), com foco nos parquinhos públicos, e compreender em que medida essa distribuição se relaciona com as características socioeconômicas do território.

Quanto à abordagem, o estudo combina procedimentos qualitativos e quantitativos. A dimensão quantitativa aparece no levantamento, na contagem e no cruzamento dos parquinhos com dados populacionais, socioeconômicos e demográficos. A dimensão qualitativa está presente na interpretação territorial dos resultados e na análise crítica da distribuição dos equipamentos à luz do referencial teórico.

Quanto aos objetivos, o estudo possui caráter descritivo e analítico, pois busca descrever a distribuição dos parquinhos no território e analisar sua relação com indicadores socioeconômicos e demográficos. Quanto aos procedimentos, caracteriza-se como estudo de caso, tendo como recorte espacial o município de Vinhedo (SP).

3.2 Local e Período da Pesquisa

A pesquisa foi realizada no município de Vinhedo, localizado no interior do estado de São Paulo. O município possui população de aproximadamente 80 mil habitantes, segundo o Censo Demográfico de 2022.

Embora seja frequentemente caracterizado por elevados indicadores de renda e infraestrutura urbana, Vinhedo apresenta desigualdades internas expressivas, com a coexistência de áreas de alto padrão, condomínios fechados e bairros com menor oferta de serviços e equipamentos públicos.

As unidades territoriais principais adotadas nesta pesquisa são o bairro e o setor censitário. A malha oficial de bairros do município, composta por 20 bairros, e os setores censitários do IBGE foram utilizados como base para a análise da

distribuição dos parquinhos e para o cruzamento com dados socioeconômicos, demográficos e cartográficos.

3.3 População e Amostra

O universo da pesquisa corresponde aos equipamentos públicos de lazer infantil existentes no município de Vinhedo, com foco nos parquinhos públicos. A amostra analisada corresponde aos 25 parquinhos públicos identificados e georreferenciados pelo levantamento primário realizado pelo autor.

Também foram consideradas, para fins de análise territorial, as populações dos bairros e dos setores censitários do município, com especial atenção à população infantil de 0 a 9 anos, aos indicadores de renda e às categorias de vulnerabilidade social. Embora o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) considere criança a pessoa com até 12 anos incompletos, a faixa etária de 0 a 9 anos foi adotada nesta pesquisa em razão da disponibilidade de dados desagregados por bairro disponibilizados pelo Censo Demográfico de 2022, compatíveis com a escala territorial utilizada na análise.

3.4 Instrumentos de Coleta de Dados

A pesquisa utilizou dados primários e secundários. Os dados primários correspondem ao levantamento dos parquinhos públicos existentes no município de Vinhedo. Cada equipamento foi identificado, localizado e georreferenciado, compondo a base central da pesquisa.

Os dados secundários foram obtidos em bases públicas oficiais. Foram utilizadas informações do Censo Demográfico de 2022, disponibilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dados do Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS) 2022, elaborado pela Fundação SEADE, além de bases cartográficas construídas pelo autor.

A base cartográfica do estudo foi composta por quatro camadas principais: o limite municipal de Vinhedo, utilizado como delimitação espacial da área de estudo; a

malha de bairros, composta pelos polígonos dos 20 bairros oficiais; a malha de setores censitários; e a base de logradouros, contendo a malha viária classificada por tipologia, utilizada como referência cartográfica para a elaboração dos mapas temáticos.

Para a caracterização socioeconômica do território, foi utilizado o IPVS 2022, que classifica os setores censitários em categorias de vulnerabilidade social a partir de variáveis como renda, escolaridade e condições de moradia.

Também foram incorporados dados censitários por setor, incluindo população total, total de domicílios, média de moradores por domicílio, densidade domiciliar e renda média do responsável pelo domicílio.

Para a análise da população infantil, foram utilizados dados do Censo Demográfico 2022 disponibilizados pelo Panorama do Censo do IBGE, contendo a população por faixa etária desagregada por bairro.

3.5 Procedimentos de Coleta de Dados

Os parquinhos públicos foram identificados por meio de levantamento primário. A malha de bairros e o limite municipal de Vinhedo foram vetorizados pelo autor com apoio de ferramentas de inteligência artificial, tendo como referência as bases cartográficas oficiais do IBGE. As camadas produzidas foram conferidas e validadas cartograficamente pelo autor no QGIS. As coordenadas geográficas dos equipamentos foram coletadas com o auxílio do Google Maps e organizadas em base georreferenciada para posterior análise espacial.

As bases cartográficas e estatísticas foram organizadas e processadas em formato shapefile. O tratamento, a integração e a elaboração dos mapas foram realizados no software QGIS.

O processo de padronização, filtragem e cruzamento de dados geoespaciais contou com apoio de ferramentas de inteligência artificial, utilizadas como suporte técnico para organização das bases.

A identificação dos 25 parquinhos públicos foi realizada por levantamento primário do autor, a partir da combinação entre observação territorial, consulta ao Google Maps, verificação de áreas públicas conhecidas no município e conferência cartográfica posterior. Cada equipamento identificado teve sua localização registrada por coordenadas geográficas pelo Google Maps e posteriormente organizada em base georreferenciada no QGIS. A vinculação de cada parquinho ao bairro correspondente foi realizada por meio de sobreposição espacial (intersecção de ponto em polígono) no QGIS, utilizando a malha oficial de bairros do município como camada de referência. Nos casos de equipamentos localizados próximos a limites territoriais ou em setores de transição entre bairros, a atribuição foi definida com base na maior área de inserção do ponto dentro do polígono do bairro, assegurando consistência metodológica entre os dados e a representação cartográfica.

Foram considerados parquinhos públicos os equipamentos permanentes de lazer infantil localizados em praças, parques ou áreas públicas de livre acesso. Não foram incluídos equipamentos instalados em escolas, condomínios residenciais, clubes, associações privadas ou espaços de acesso restrito.

3.6 Tratamento e Análise dos Dados

A análise dos dados foi realizada por meio de estatística descritiva e análise espacial. Inicialmente, foi mapeada a localização dos parquinhos públicos no território municipal. Em seguida, essa distribuição foi relacionada à malha de bairros, à classificação urbana e rural dos setores censitários, aos indicadores de renda, ao IPVS, à população total e à população infantil.

O objetivo foi identificar padrões de concentração, ausência ou insuficiência de equipamentos públicos de lazer destinados às crianças. A partir do cruzamento entre a localização dos parquinhos e os indicadores socioeconômicos e demográficos, buscou-se avaliar se a oferta desses espaços ocorre de forma equitativa ou se reproduz desigualdades presentes no território municipal.

3.7 Limitações do Estudo

O estudo apresenta algumas limitações. A primeira refere-se ao recorte dos equipamentos analisados: a pesquisa considera os parquinhos públicos identificados no levantamento primário, sem avaliar de forma aprofundada o estado de conservação, a acessibilidade, a segurança, a diversidade de brinquedos ou a frequência de uso desses espaços.

A segunda limitação diz respeito à escala territorial dos dados, pois alguns indicadores estão disponíveis por setor censitário, enquanto outros foram trabalhados por bairro, exigindo cruzamentos e aproximações cartográficas.

Por fim, a pesquisa não incorporou entrevistas com moradores, crianças ou gestores públicos, o que poderia ampliar a compreensão sobre a percepção da população em relação ao acesso aos parquinhos.

3.8 Aspectos éticos

O processo de padronização, filtragem e organização preliminar de dados geoespaciais contou com apoio de ferramentas digitais, incluindo recursos de inteligência artificial, sempre com conferência e validação posterior pelo autor.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 Estrutura territorial e base cartográfica de Vinhedo

A análise cartográfica inicial permite compreender a estrutura espacial do município antes da introdução dos indicadores socioeconômicos e da distribuição dos equipamentos públicos de lazer. Vinhedo está dividido em 20 bairros oficiais, distribuídos ao longo de um território de aproximadamente 82 km². Como mostra a Figura 1, a ocupação urbana concentra-se principalmente nas porções central, norte e noroeste do município.

A malha viária revela concentração expressiva de logradouros na porção central, norte e noroeste do município, abrangendo bairros como Centro, Santa Rosa, João XXIII, Nova Vinhedo e Bosque. Essa densidade viária reflete a ocupação urbana consolidada nessa região, caracterizada por maior infraestrutura e conectividade.

Figura 1 – Bairros e classificação viária de Vinhedo

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do IBGE e SEADE.

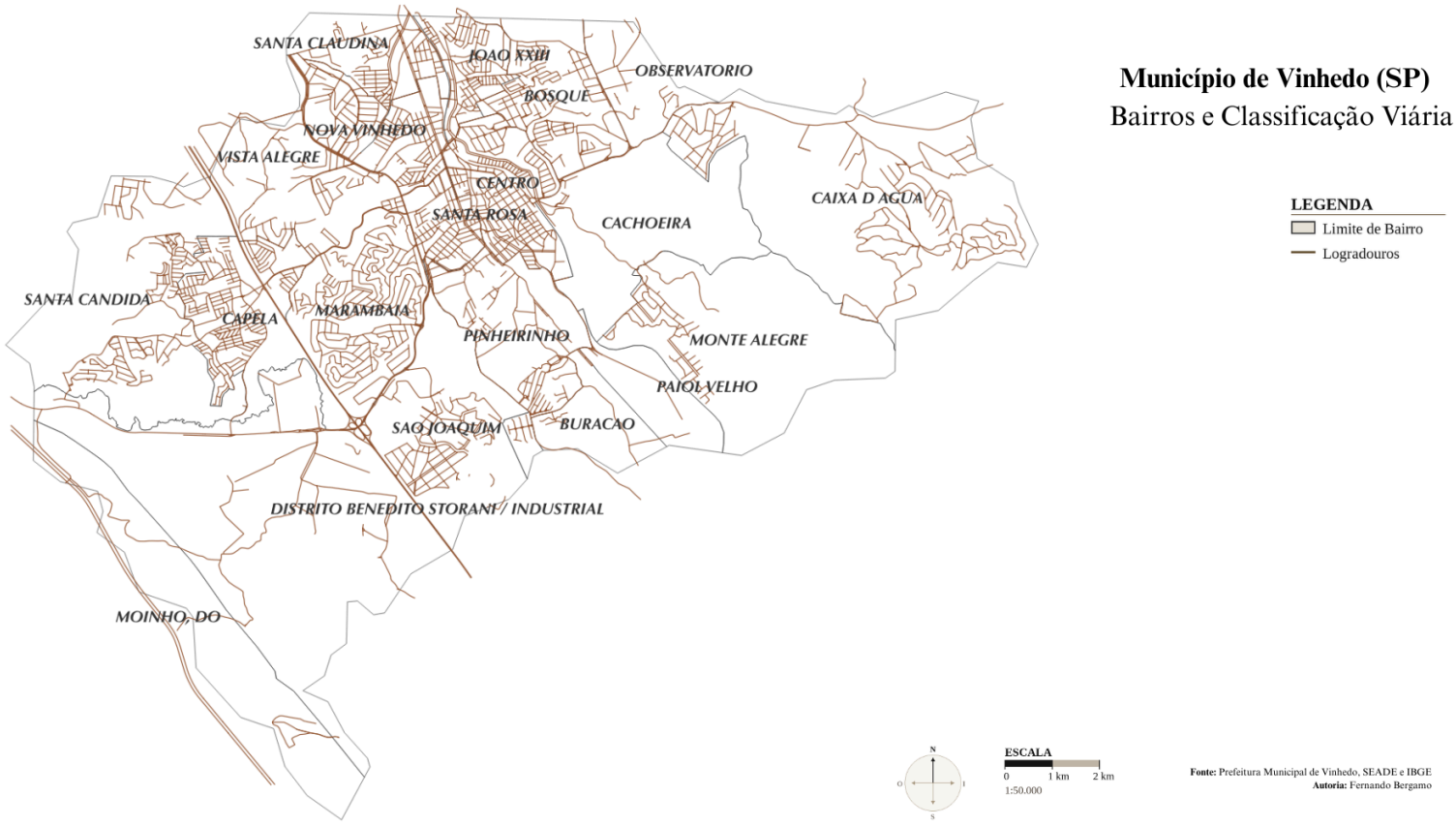
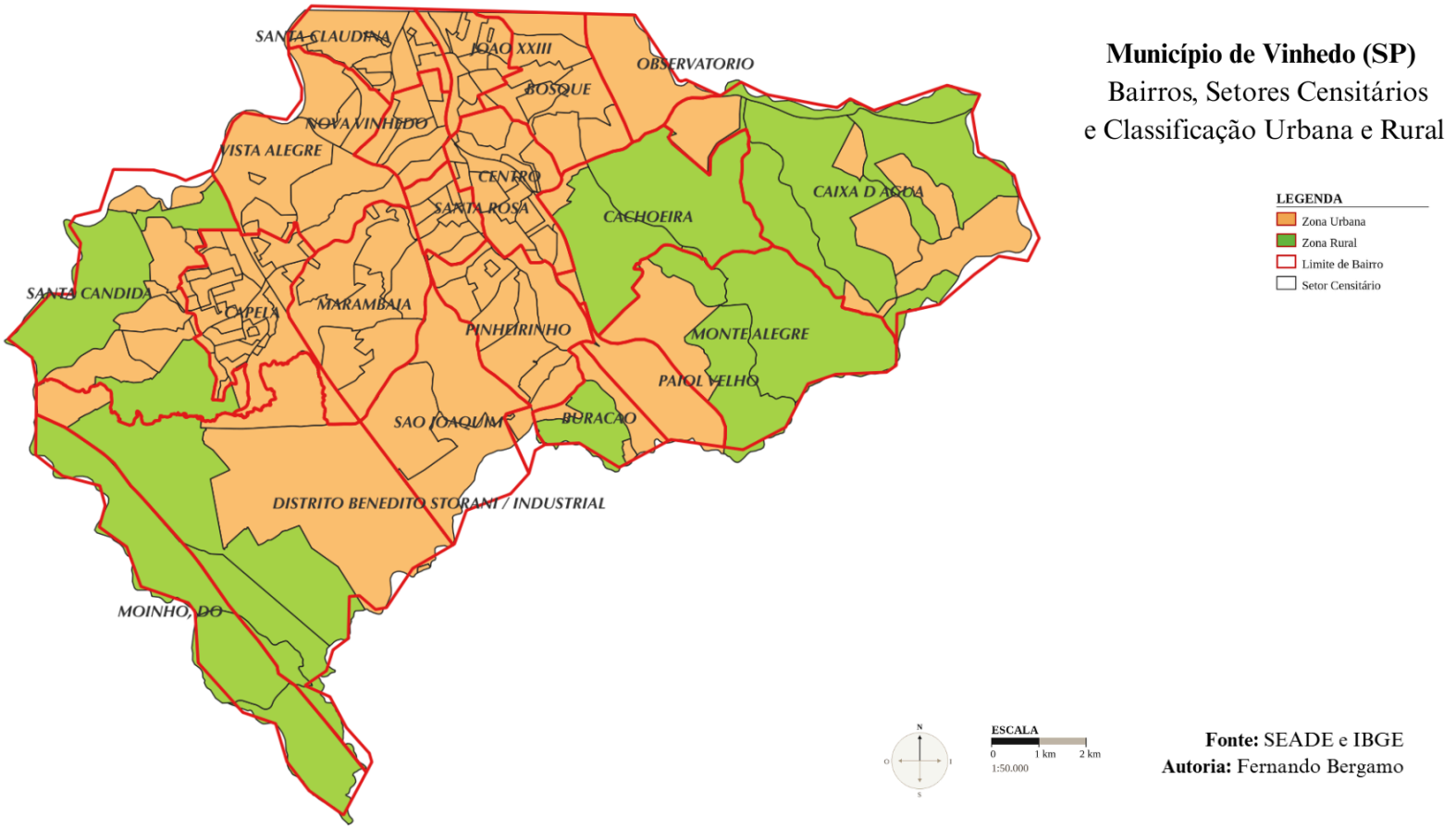


Figura 2 – Bairros, Setores Censitários e Classificação Urbana e Rural.
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do IBGE e SEADE.



Em contrapartida, bairros localizados nas bordas do município, como Caixa d'Água, Monte Alegre, Paiol Velho, Buracão e o Distrito Benedito Storani/Industrial, apresentam malha viária significativamente menor, indicando menor adensamento urbano e, em alguns casos, predominância de áreas rurais.

A porção sudoeste do município, onde se localizam os bairros da Capela, Santa Cândida e Moinho, apresenta uma dualidade: ao mesmo tempo em que concentra parte da malha viária urbana, especialmente no bairro da Capela, possui grandes extensões de território com baixa densidade de logradouros, sugerindo a

coexistência de áreas urbanizadas e não urbanizadas dentro de um mesmo bairro. A Figura 2 evidencia a coexistência de áreas urbanas e rurais em diferentes bairros do município.

4.2 Distribuição territorial dos parquinhos públicos

O levantamento primário identificou 25 parquinhos públicos no município de Vinhedo. A análise de sua distribuição espacial demonstra que os equipamentos não estão distribuídos de forma homogênea pelo território municipal. A Figura 3 permite visualizar essa distribuição espacial dos equipamentos.

Figura 3 – Parquinhos de Vinhedo

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do IBGE e SEADE.

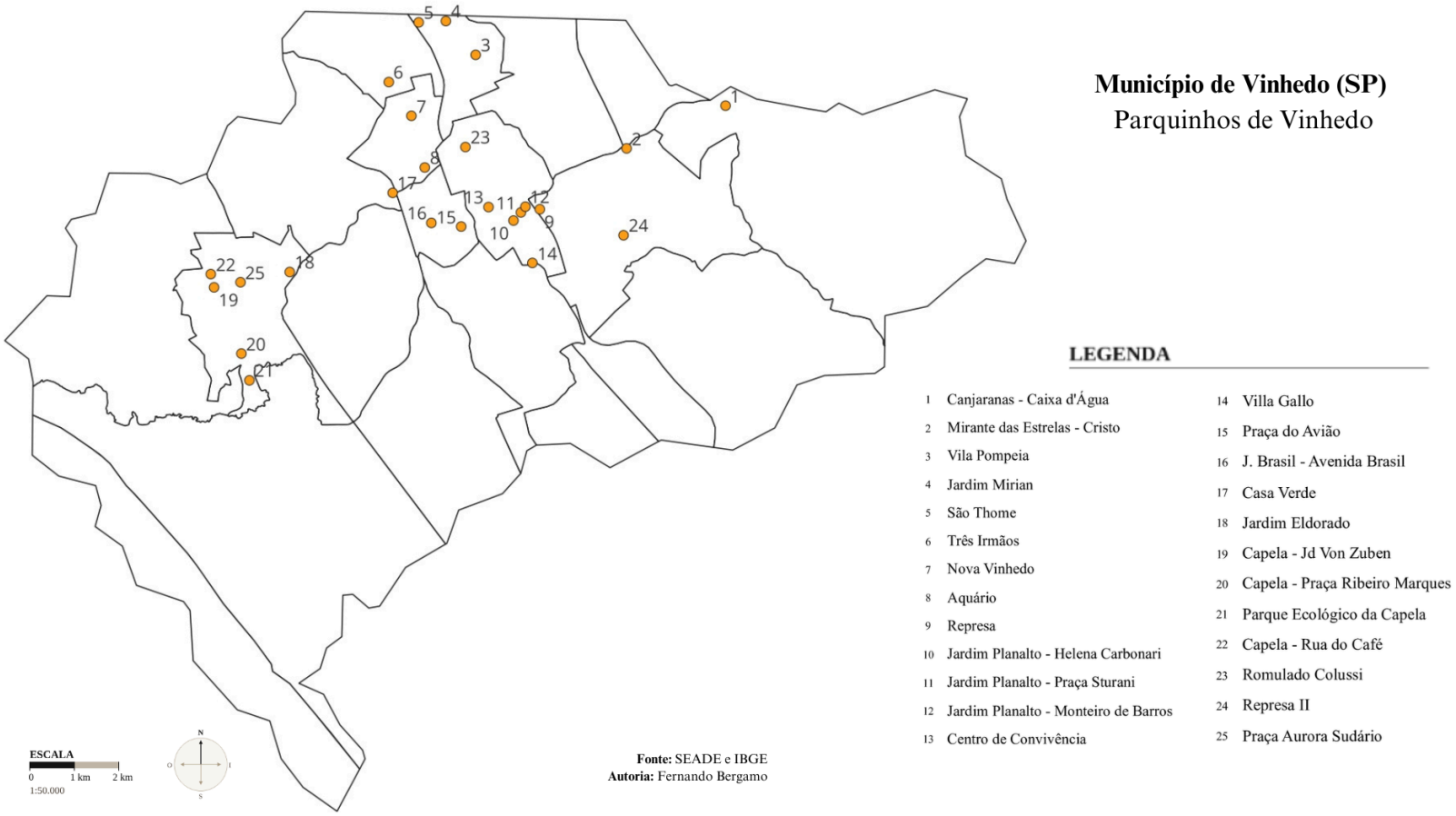
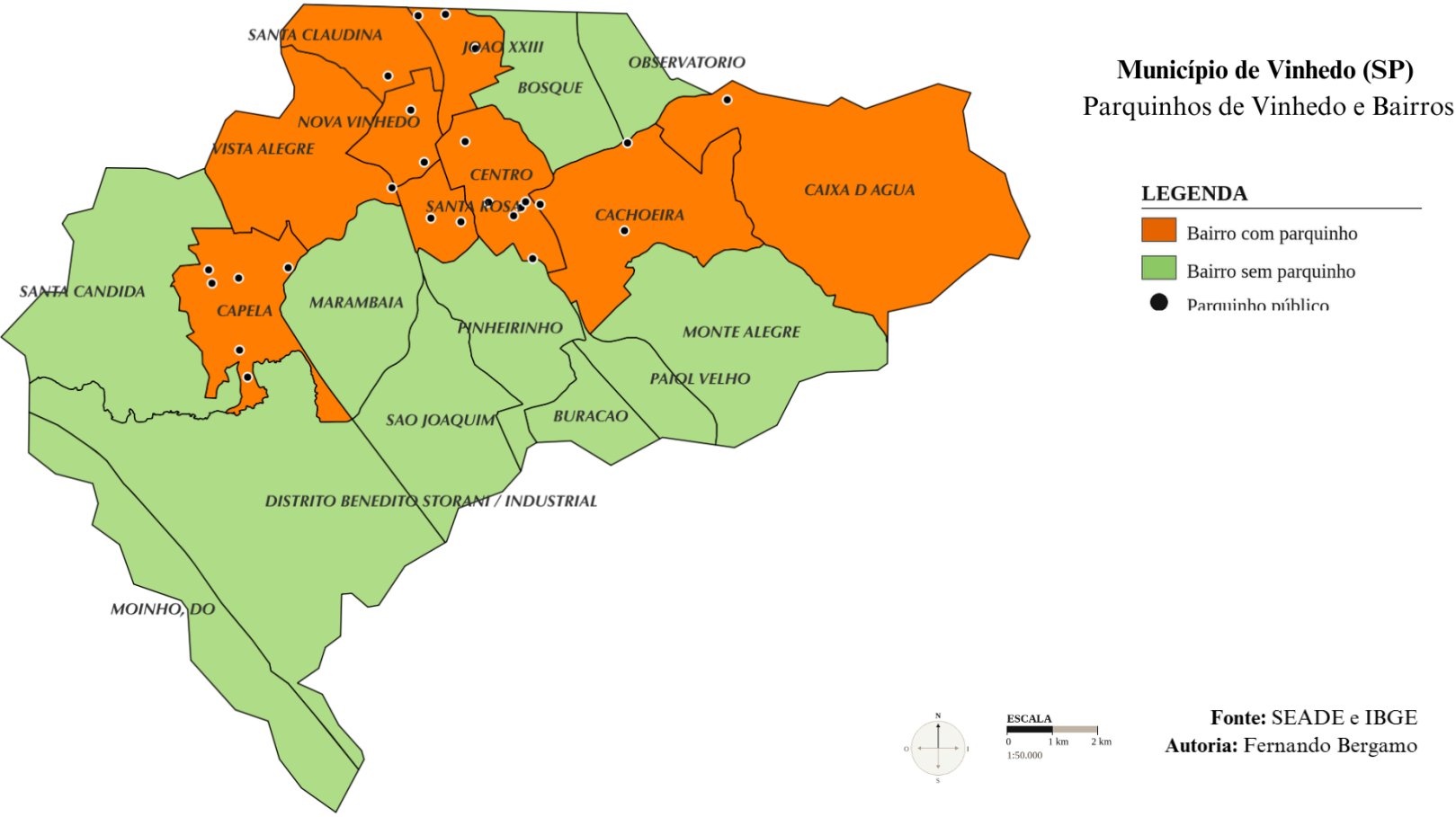


Figura 4 – Parquinhos de Vinhedo e Bairros

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do IBGE e SEADE.

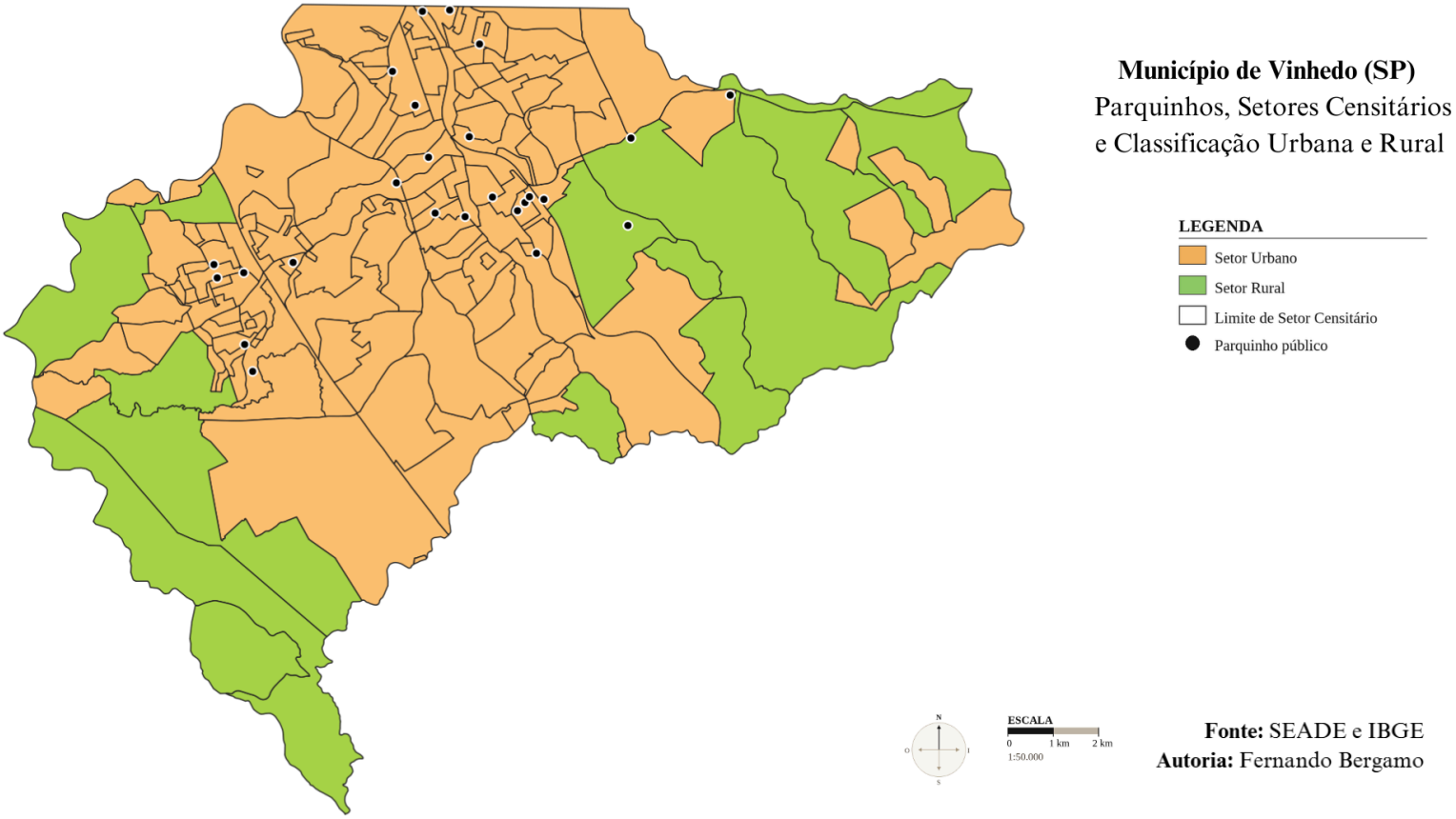


Do total de 20 bairros, apenas 9 contam com ao menos um parquinho público, enquanto 11 bairros não possuem nenhum equipamento dessa natureza. Ou seja, mais da metade dos bairros do município está completamente descoberta. Como mostra a Figura 4, os bairros atendidos concentram-se predominantemente na região central do município.

Os bairros com parquinho concentram-se na faixa central e norte do município, com exceção da Capela, localizada na porção sudoeste. Já os bairros sem parquinho distribuem-se tanto na periferia leste, como Monte Alegre, Paiol Velho e Buracão, quanto na periferia oeste e sul, como Distrito, Santa Cândida e Moinho,

além dos bairros Marambaia, São Joaquim e Pinheirinho, localizado em área de transição entre o centro e o sul.

Figura 5 – Parquinhos, Setores Censitários e Classificação Urbana e Rural.
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do IBGE e SEADE.



A sobreposição dos parquinhos com os setores censitários e a classificação urbana e rural confirma que a grande maioria dos 25 equipamentos estão localizados em setores urbanos, com exceção de um espaço de lazer localizado em um grande parque público (parquinho nº 24).

Setores urbanos que abrange bairros como Pinheirinho, Santa Cândida e Marambaia não contam com nenhum parquinho. Vale pontuar que Pinheirinho,

Vista Alegre e Marambaia são formados quase que exclusivamente por condomínios residenciais. A Figura 5 reforça esse padrão ao evidenciar a ausência de parquinhos em diversos setores urbanos.

4.3 Parquinhos, população infantil e população total

A análise da população infantil evidencia um descompasso entre demanda e oferta de equipamentos. Bairros com maior proporção de crianças não são necessariamente os mais bem atendidos por parquinhos públicos. A Figura 6 ilustra essa relação entre a distribuição dos equipamentos e a proporção de crianças por bairro.

Figura 6 – Parquinhos e a Proporção de Crianças por Bairro

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do IBGE e SEADE.

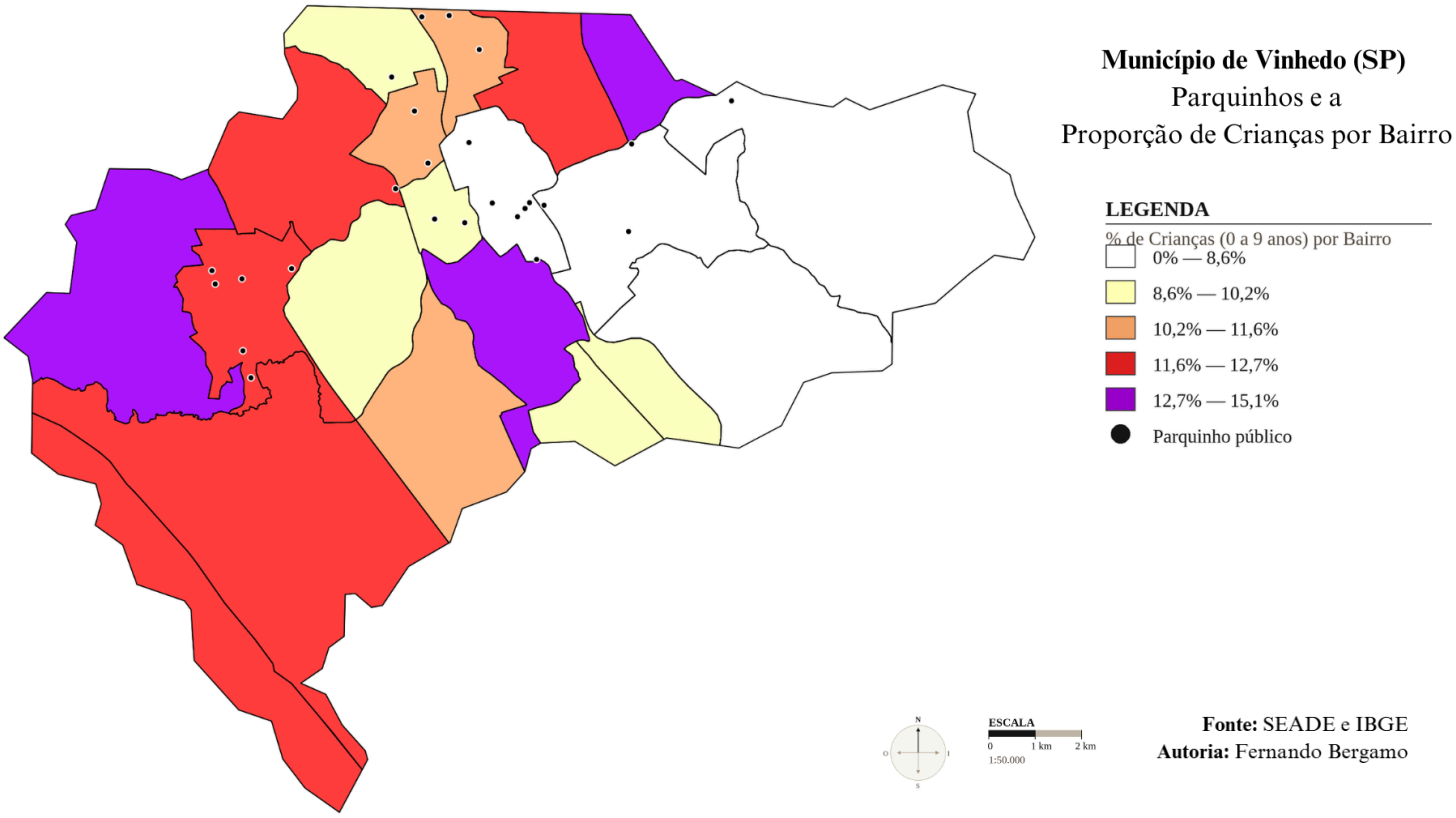
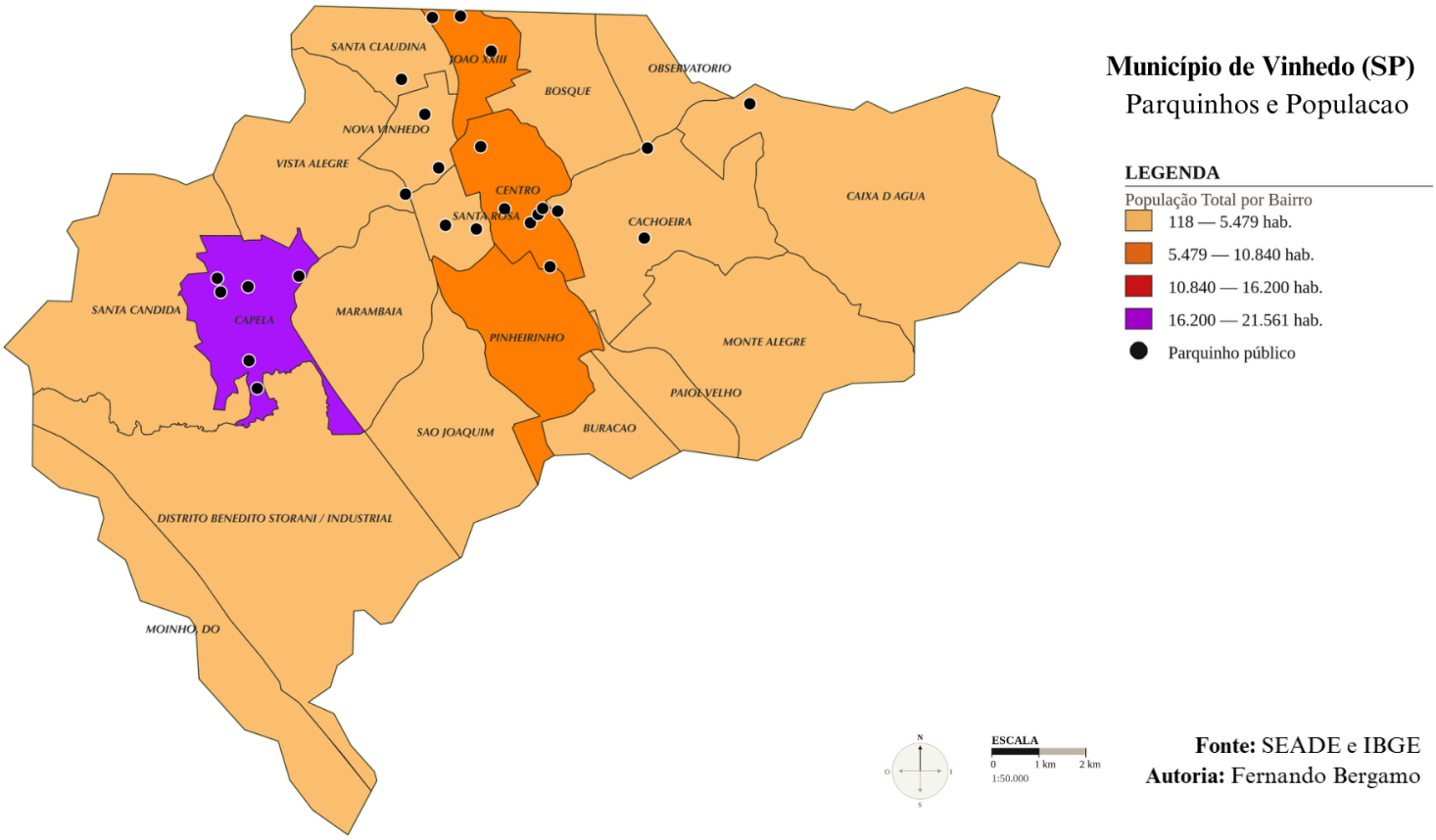


Figura 7 - Parquinhos e População

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do IBGE e SEADE.



O Observatório, com a maior proporção de crianças do município, não possui nenhum parquinho. Santa Cândida também não conta com nenhum equipamento. A Capela, embora possua seis parquinhos, é o bairro mais populoso da cidade, o que torna essa oferta proporcionalmente insuficiente.

Por outro lado, bairros com menor proporção de crianças concentram parte importante dos equipamentos. O Centro, com menor proporção de crianças em relação a outros bairros, possui seis parquinhos, uma das maiores concentrações do município. Cachoeira, com baixa proporção de crianças, conta com dois parquinhos, em razão da presença de parques públicos no bairro.

A análise da população total reforça esse padrão, como demonstra a Figura 7, os bairros mais populosos não são necessariamente os mais bem atendidos pelos equipamentos. A Capela, com 21.561 habitantes, possui seis parquinhos. João XXIII, com 8.650 habitantes, possui quatro parquinhos, enquanto Pinheirinho, com 5.750 habitantes, não possui nenhum.

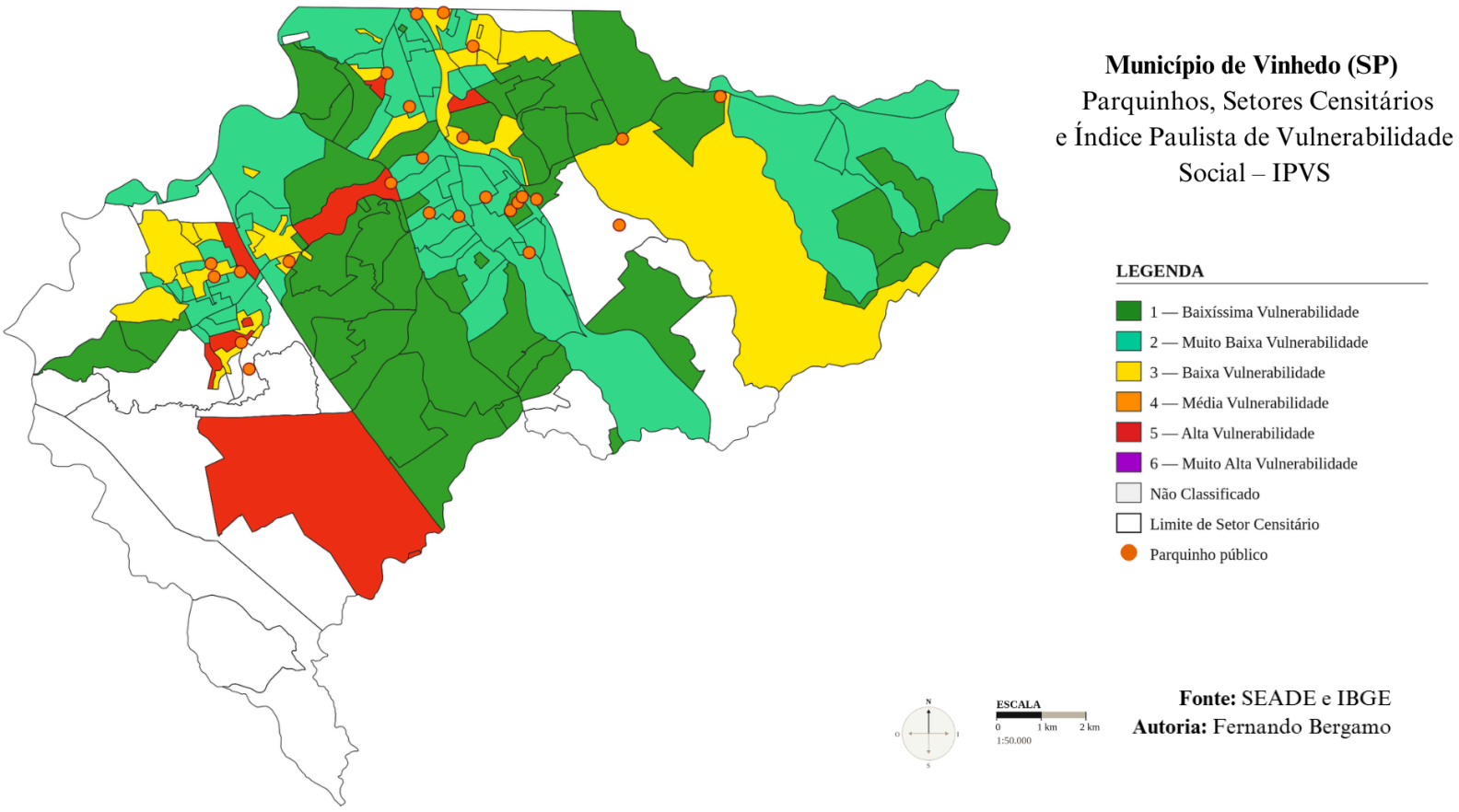
Esses dados indicam que a distribuição dos parquinhos em Vinhedo não acompanha a demanda infantil nem a distribuição populacional do território. A oferta dos equipamentos parece responder mais à centralidade urbana e à infraestrutura consolidada do que às necessidades sociais e demográficas dos bairros.

4.4 Renda, vulnerabilidade social e as “duas Vinhedos”

O cruzamento entre a localização dos parquinhos e o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS) demonstra que a maioria dos equipamentos está localizada em setores classificados como de baixíssima e muito baixa vulnerabilidade, concentrados na região central do município. A Figura 8 evidencia essa relação entre vulnerabilidade social e oferta de equipamentos.

Figura 8 – Parquinhos, Setores Censitários e IPVS

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do IBGE e SEADE.

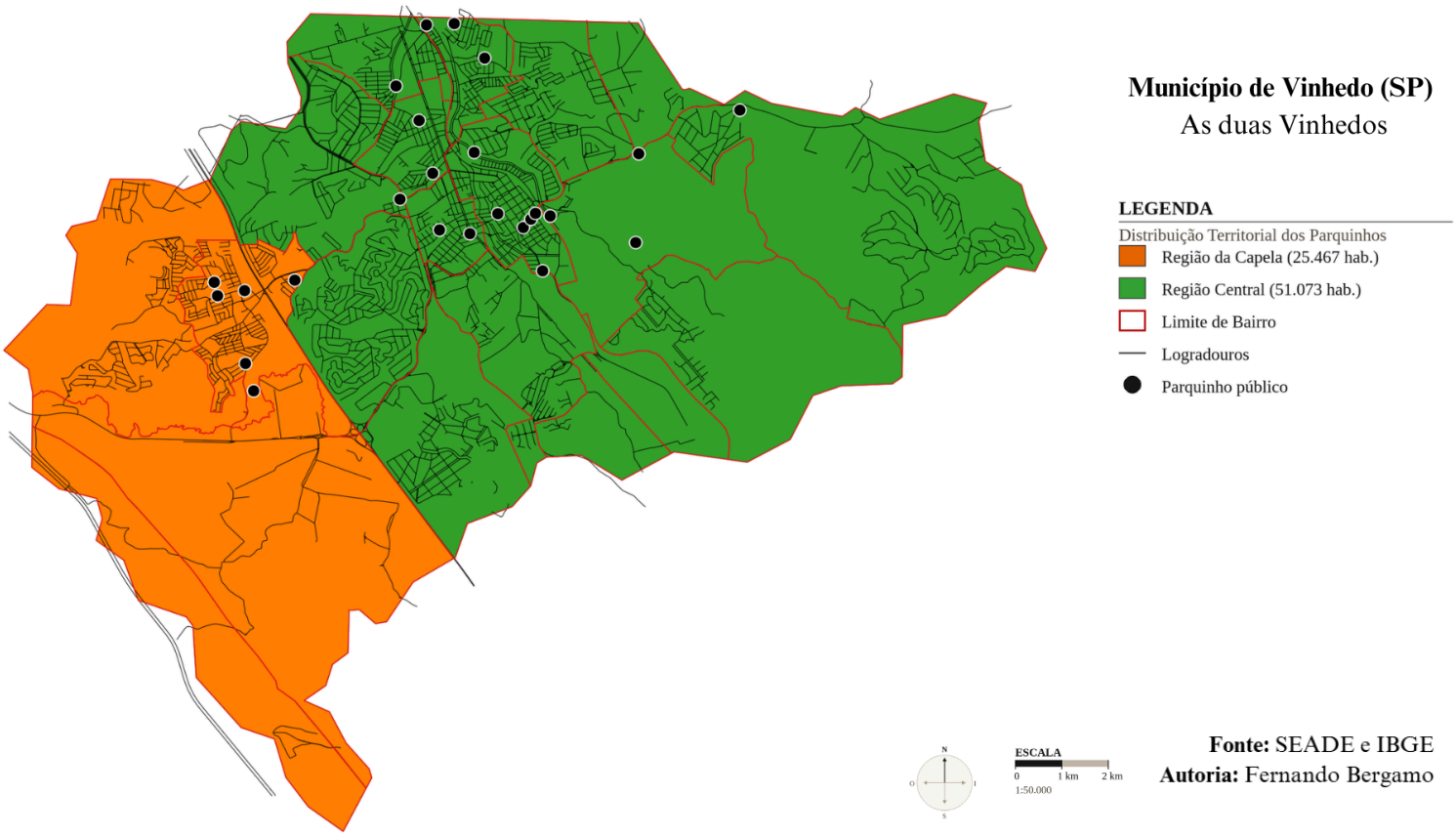


Essa região, já identificada como núcleo de maior infraestrutura de Vinhedo, recebe também a maior parte dos equipamentos públicos de lazer.

Em contrapartida, setores de maior vulnerabilidade contam com proporcionalmente poucos ou nenhum parquinho. O mapa de vulnerabilidade evidencia uma distribuição territorialmente invertida dos equipamentos: os parquinhos estão mais presentes onde a vulnerabilidade é menor e mais ausentes onde a vulnerabilidade é maior.

Figura 9 - As duas Vinhedos

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do IBGE e SEADE.



A divisão territorial proposta neste estudo entre Região da Capela e Região Central sintetiza essa desigualdade. Essa divisão pode ser observada na Figura 9. A Região da Capela, composta pelos bairros Capela, Santa Cândida, Distrito Benedito Storani/Industrial e Moinho, reúne 25.467 habitantes, o equivalente a 33,3% da população municipal, mas possui apenas 6 dos 25 parquinhos, ou 24% dos equipamentos. Isso representa aproximadamente um parquinho para cada 4.244 habitantes.

A Região Central e Bairros, composta pelos demais 16 bairros, reúne 51.073 habitantes, o equivalente a 66,7% da população, mas concentra 19 parquinhos, ou

quase 76% do total. Nessa região, há aproximadamente um parquinho para cada 2.554 habitantes.

A população da Região da Capela enfrenta, portanto, uma disponibilidade significativamente menor de equipamentos de lazer infantil do que a população da área central.

Figura 10 – As duas Vinhedos, Renda e Parquinhos

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do IBGE e SEADE.

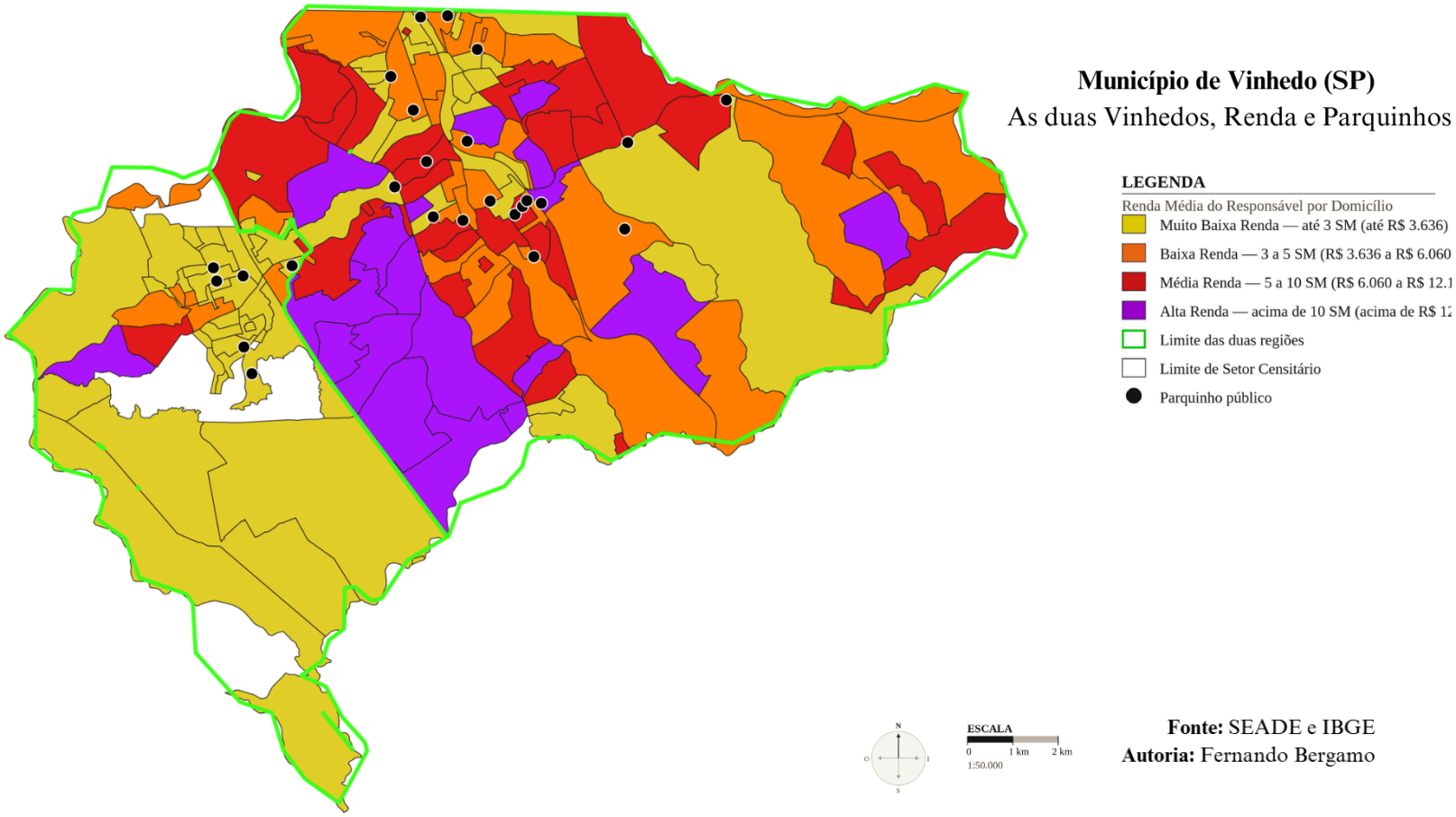
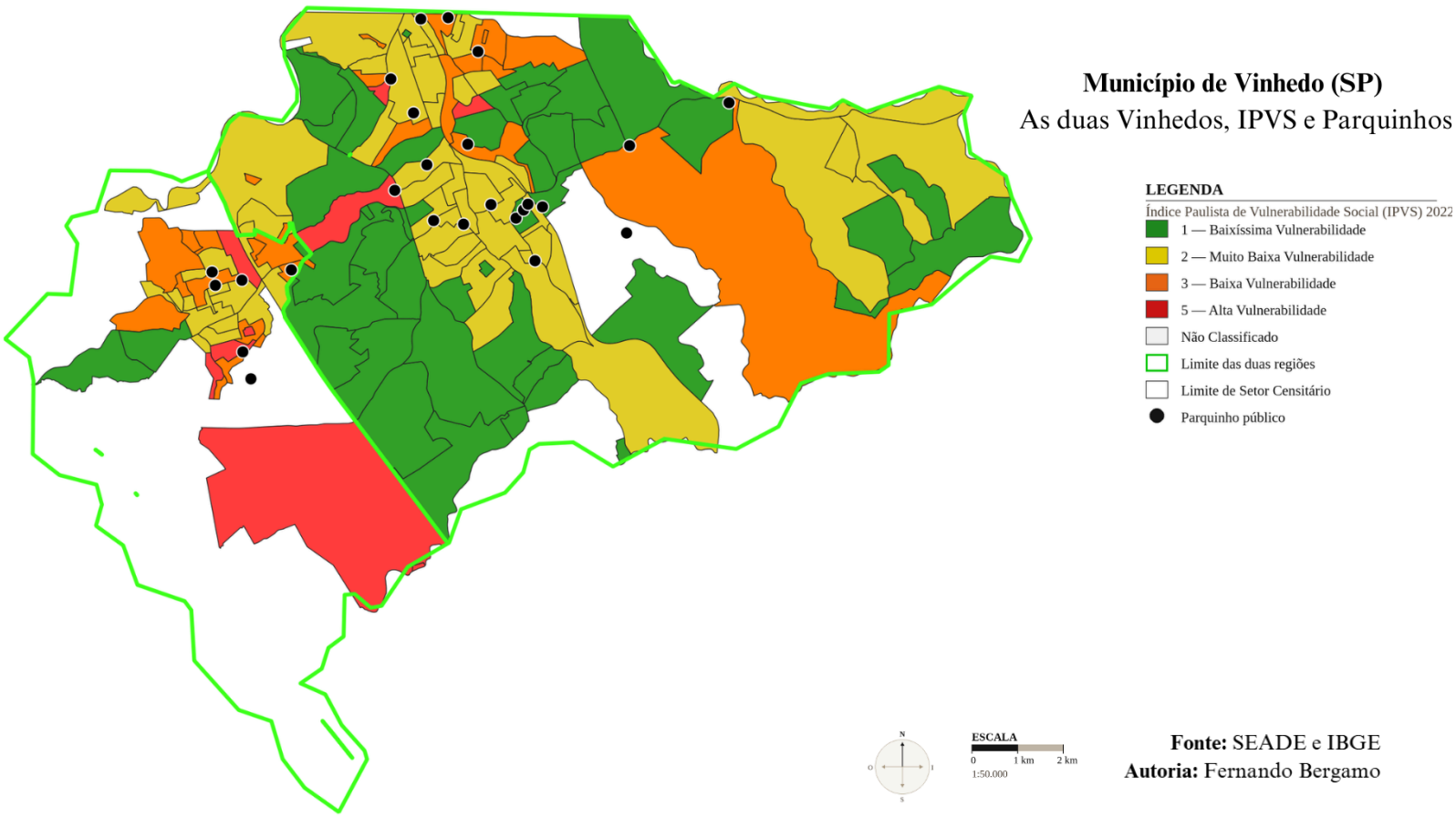


Figura 11 - As duas Vinhedos, IPVS e Parquinhos

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do IBGE e SEADE.



A sobreposição com dados de renda confirma esse padrão, como mostra a Figura 10, os parquinhos tendem a se concentrar em áreas de maior renda (com exceção dos bairros com maioria de condomínios como já citado). A Região Central concentra setores de média e alta renda e, simultaneamente, a maior parte dos parquinhos. Na Região da Capela, predominam setores de renda mais baixa e menor oferta de equipamentos. A Figura 11 reforça essa associação ao relacionar vulnerabilidade social e distribuição dos parquinhos.

Embora existam exceções, como a Vila João XXIII, que concentra parquinhos apesar de apresentar renda classificada como baixa, o padrão geral indica que

renda, infraestrutura urbana e oferta de equipamentos públicos de lazer caminham juntas no território de Vinhedo.

4.5 Discussão dos Resultados

Os resultados confirmam que a distribuição dos parquinhos públicos em Vinhedo não ocorre de forma equitativa. A oferta dos equipamentos não acompanha a distribuição da população total, da população infantil nem dos territórios de maior vulnerabilidade social. Ao contrário, os parquinhos estão mais concentrados em áreas centrais, de menor vulnerabilidade e maior infraestrutura urbana. Também é possível observar que essa relação não se manifesta de forma absoluta, uma vez que existem parquinhos em alguns bairros mais vulneráveis. Ainda assim, a distribuição dos equipamentos permanece desigual e não pode ser considerada equitativa. Esse padrão reforça a compreensão de que os equipamentos públicos não são distribuídos de forma neutra no território.

No caso de Vinhedo, a desigualdade é particularmente relevante porque o município apresenta bons indicadores econômicos gerais. Isso demonstra que a disponibilidade de recursos ou a imagem de cidade desenvolvida não garantem, por si só, equidade territorial. A análise intraurbana revela desigualdades que os indicadores agregados tendem a ocultar.

Dessa forma, os achados deste estudo indicam a necessidade de incorporar critérios territoriais, sociais e demográficos ao planejamento dos equipamentos públicos de lazer infantil. Uma política municipal orientada pela absoluta prioridade da criança e pela equidade territorial deve considerar onde estão as crianças, quais bairros apresentam maior vulnerabilidade e quais territórios dependem mais intensamente dos espaços públicos.

4.6 Síntese dos principais resultados

Indicador	Resultado
Parquinhos identificados	25

Bairros com parquinho	9
Bairros sem parquinho	11
% de bairros sem parquinho	55%
Parquinhos na Região Central+Bairros	19
Parquinhos na Região da Capela	6
Habitantes por parquinho (Região Central)	2.554
Habitantes por parquinho (Região da Capela)	4.244
Bairros prioritários	Observatório, Santa Cândida, Pinheirinho, Vista Alegre e Santa Claudina

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

5.1 Síntese dos Principais Achados

Este artigo teve como objetivo analisar a distribuição territorial dos parquinhos públicos no município de Vinhedo (SP), verificando se a oferta desses equipamentos destinados às infâncias ocorre de forma equitativa ou se reproduz desigualdades socioespaciais entre diferentes regiões da cidade. Para isso, foram articulados levantamento primário dos parquinhos, dados do Censo Demográfico 2022, indicadores de renda, Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS) e bases cartográficas municipais.

A pergunta de pesquisa foi respondida pelos dados analisados. Os resultados indicam que a distribuição dos parquinhos públicos em Vinhedo não é equitativa. Ao contrário, a oferta desses equipamentos reproduz, no campo do lazer infantil, desigualdades já presentes no território municipal.

Os achados demonstram que mais da metade dos bairros de Vinhedo não possui nenhum parquinho público. Os equipamentos existentes concentram-se em

poucos bairros, majoritariamente localizados na região central do município, caracterizada por menor vulnerabilidade social, maior renda média e infraestrutura urbana mais consolidada. Em contrapartida, bairros populosos, com maior presença de crianças e maior vulnerabilidade social permanecem subatendidos, embora não seja de forma absoluta.

A Região da Capela sintetiza essa desigualdade. Embora concentre cerca de um terço da população municipal, possui proporção significativamente menor de parquinhos em relação à Região Central. Enquanto a Região Central apresenta aproximadamente um parquinho para cada 2.554 habitantes, a Região da Capela apresenta cerca de um parquinho para cada 4.244 habitantes. Essa diferença evidencia que a população da Região da Capela enfrenta uma disponibilidade menor de equipamentos de lazer infantil do que a população da área central.

A análise da população infantil reforça esse argumento. Bairros com elevada proporção ou número absoluto de crianças, como Observatório, Pinheirinho e Santa Claudina, não possuem parquinhos públicos. Ao mesmo tempo, bairros com menor proporção de crianças concentram parte importante dos equipamentos. Dessa forma, a distribuição dos parquinhos não acompanha a demanda infantil do território. Mais do que uma questão de infraestrutura urbana, os resultados sugerem que a efetivação do direito ao brincar depende da incorporação de critérios de equidade territorial no planejamento municipal.

5.2 Limitações do Estudo

As limitações deste estudo estão relacionadas, principalmente, ao escopo da análise. A pesquisa concentrou-se na localização e na distribuição territorial dos parquinhos públicos, sem avaliar de forma sistemática a qualidade, o estado de conservação, a acessibilidade, a segurança ou a diversidade dos brinquedos existentes.

Também não foram realizadas entrevistas com crianças, responsáveis, moradores ou gestores públicos, o que poderia ampliar a compreensão sobre o uso cotidiano desses espaços e sobre as percepções da população.

Outra limitação refere-se à compatibilização entre diferentes escalas territoriais de dados. Alguns indicadores foram analisados por bairro, enquanto outros estavam disponíveis por setor censitário, exigindo cruzamentos cartográficos e interpretações espaciais.

5.3 Contribuições do Estudo

O estudo contribui para o debate sobre gestão pública municipal, equidade territorial e direito à cidade ao demonstrar como a distribuição de equipamentos aparentemente simples, como parquinhos públicos, revela desigualdades socioespaciais relevantes.

A pesquisa mostra que a análise territorial pode auxiliar gestores públicos na identificação de áreas descobertas, na definição de prioridades de investimento e na formulação de políticas mais justas para as infâncias. Além disso, o estudo oferece um modelo metodológico simples e replicável para que outros municípios avaliem a distribuição territorial de equipamentos públicos destinados às infâncias.

Ao propor a leitura das “duas Vinhedos”, o artigo também contribui para evidenciar desigualdades internas de um município frequentemente associado a bons indicadores econômicos. Essa abordagem reforça a importância de olhar para as diferenças, evitando que médias municipais ocultem territórios mais vulneráveis.

5.4 Recomendações

Com base nos resultados, recomenda-se que o município de Vinhedo incorpore critérios de equidade territorial ao planejamento e à implantação de novos parquinhos públicos. A definição de prioridades deve considerar a população infantil, a população total, os indicadores de vulnerabilidade social, a renda média dos setores e a ausência prévia de equipamentos nos bairros.

Também se recomenda a elaboração de um diagnóstico municipal permanente sobre os espaços públicos destinados às infâncias, incluindo não apenas a localização dos parquinhos, mas também seu estado de conservação, acessibilidade, segurança, arborização, sombreamento e adequação às diferentes faixas etárias.

Além disso, a gestão municipal pode priorizar bairros atualmente descobertos e com maior demanda social, como Observatório, Santa Cândida, Pinheirinho, Vista Alegre e Santa Claudina, bem como ampliar a oferta proporcional na Região da Capela.

5.5 Sugestões para Pesquisas Futuras

Pesquisas futuras podem aprofundar a análise qualitativa dos parquinhos públicos de Vinhedo, avaliando a qualidade dos equipamentos, as condições de acessibilidade, a presença de sombra, a segurança, a manutenção e a adequação dos brinquedos às diferentes idades.

Também seria relevante incorporar a escuta de crianças, famílias, educadores e moradores, de modo a compreender como esses espaços são utilizados e percebidos pela população.

Outra possibilidade é comparar Vinhedo com municípios de porte semelhante, verificando se o padrão de concentração territorial dos equipamentos de lazer infantil se repete em outras cidades da Região Metropolitana de Campinas ou do estado de São Paulo.

REFERÊNCIAS

ALBERTO, Klaus Chaves; FERNANDES, Rodrigo Queiroz Kühni; BERALDO, Eduarda Botti; BARCELLOS, Bernardo Lima Pinto; BARBOSA, Sabrina Andrade. As crianças estão nas praças? Um estudo exploratório sobre o uso de playgrounds em praças urbanas. **PARC: Pesquisa em Arquitetura e Construção**, Campinas, v. 14, e023006, 2023.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: maio 2026.

BRASIL. Decreto nº 99.710, de 21 de novembro de 1990. Promulga a Convenção sobre os Direitos da Criança. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d99710.htm. Acesso em: maio 2026.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: maio 2026.

GOOGLE. Google Maps. Disponível em: https://maps.google.com. Acesso em: maio 2026.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: https://www.ibge.gov.br. Acesso em: maio 2026.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Panorama do Censo 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/. Acesso em: maio 2026.

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2001.

SANTOS, Milton. Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

SEADE. Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS) 2022. São Paulo: Fundação SEADE, 2022. Disponível em: https://www.seade.gov.br. Acesso em: maio 2026.

SILVA, Maria Aline Lopes da; BEZERRA, Anselmo César Vasconcelos; SILVA, Carlos Eduardo Menezes da. Injustiças socioespaciais e ambientais no contexto urbano: uma análise espacial e de percepção sobre uso, localização e acesso aos parques urbanos na cidade do Recife, Pernambuco, Brasil. **Revista Principia**, João Pessoa, v. 62, 2025.

TONUCCI, Francesco. A cidade das crianças. São Paulo: Instituto Alana, 2020.

VINHEDO (SP). Lei Ordinária nº 4.407, de 16 de dezembro de 2025. Estima a receita e fixa a despesa do Município de Vinhedo para o exercício financeiro de 2026. Vinhedo: Câmara Municipal de Vinhedo, 2025. Disponível em: Câmara Municipal de Vinhedo. Acesso em: 7 jun. 2026.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 - DECLARAÇÃO DE AUTORIA E USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Declaro que o presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é de minha **autoria**, tendo sido elaborado em conformidade com os princípios éticos da pesquisa científica, as normas institucionais da Universidade de Brasília e a legislação brasileira vigente.

Declaro, ainda, que todas as análises, interpretações, conclusões e recomendações apresentadas neste trabalho são de minha inteira responsabilidade intelectual, estando devidamente fundamentadas e referenciadas.

Quanto ao uso de **Ferramentas de Inteligência Artificial (IA)**, informo que:

( ) **não utilizei** ferramentas de IA durante a elaboração deste trabalho;
ou

(x) **utilizei** ferramentas de IA **exclusivamente como apoio**, sem prejuízo da autoria intelectual e da responsabilidade científica.

Quando utilizadas, as ferramentas de IA tiveram finalidade **auxiliar**, sendo empregadas para os seguintes fins:

(x) Apoio à organização de ideias e à estruturação do texto

(x) Revisão gramatical e aprimoramento da clareza linguística

(x) Sugestões de formatação e adequação às normas acadêmicas

(x) Apoio à compreensão inicial de conceitos teóricos, posteriormente verificados em fontes acadêmicas confiáveis

(x) Outros usos auxiliares (especificar): O processo de padronização, filtragem e cruzamento de dados geoespaciais contou com apoio de ferramentas de inteligência artificial, utilizadas como suporte técnico para organização das bases.

Declaro que nenhuma ferramenta de Inteligência Artificial foi utilizada para a **geração autônoma de conteúdo acadêmico original**, tais como análises e discussões de resultados, interpretações, conclusões ou recomendações, sem a devida revisão crítica, validação teórico-metodológica e responsabilização do(a) autor(a).

Declaro, por fim, estar ciente de que a prestação de informações falsas, a omissão de autoria ou a atribuição indevida de produção intelectual constituem práticas vedadas no meio acadêmico e **podem ensejar responsabilização nos termos da legislação brasileira**.

Por ser verdade, firmo a presente declaração.

Local e data: 7 de junho de 2026

Nome do(a) discente: Fernando Bergamo

Assinatura (gov.br): gov.br Documento assinado digitalmente
FERNANDO BERGAMO
Data: 28/06/2026 08:09:06-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br